

PAC PARA O AGRONEGÓCIO

* Roberto Rodrigues

A agropecuária brasileira se ressentida de uma série de questões macroeconômicas que afetam sua condição competitiva. Entre elas, estão o alto custo do dinheiro, a tributação elevada, a infra-estrutura para o escoamento de safras bastante desatualizada, e ausência de política de renda para o campo além da evidente necessidade de criação de empregos nos outros setores da atividade econômica que teria como consequência um crescimento da demanda por alimentos.

Trata-se de assuntos recorrentemente discutidos entre o setor privado e o governo federal, e que vêm sendo estudados já há alguns meses pela área técnica do Ministério da Agricultura. Por isso, esperava-se que o PAC traria também medidas estruturantes para o agronegócio brasileiro, o que não aconteceu.

No entanto, e já passados mais de 2 meses do anúncio do Plano de Aceleração Competitiva, é hora de retomar as negociações em busca de maior apoio ao setor rural. Cabe lembrar, mais uma vez, que, embora o setor tenha vivido nos últimos dois anos uma das maiores crises de sua história, houve, nos últimos meses de 2006, melhoras de alguns preços agrícolas, levando os produtores a ampliarem a área plantada em decisão de última hora, o que produziu um efeito positivo na venda de insumos e máquinas agrícolas, de tal forma que o PIB setorial cresceu 3,2%, enquanto o PIB total do país cresceu apenas 2,9%.

E mais ainda, esta retomada de atividades no campo permitirá a maior colheita de grãos do país de todos os tempos, sem falar na impressionante onda de investimentos no setor de agroenergia.

Por todos estas razões, mais uma vez fica evidenciada a impressionante capacidade de recuperação da atividade produtiva no campo, bem como o impacto positivo desta atividade sobre os setores da economia que ficam à montante e a jusante das fazendas.

É por isso mesmo que um PAC específico para o agronegócio faz todo o sentido neste momento.

Com esta visão, propomos as seguintes iniciativas:

1 - Seguro Rural: o tema é objeto de GT já estabelecido pela FIESP, em conjunto com o Ministério da Agricultura e entidades representativas do setor, mas, de qualquer modo, alguns pontos são emergenciais.

- Constituição e regulamentação do Fundo de Catástrofe;
- Definição institucional do organismo responsável pela gestão do seguro agrícola;
- Qualificação de recursos humanos, inclusive para a adequada conscientização dos produtores sobre operacionalidade.

2 - Tecnologia: Assunto objeto de GT FIESP/MAPA/EMBRAPA, é fundamental a urgente regulamentação e flexibilização a lei de Inovação Tecnológica para a rápida constituição das Empresas de Propósitos Específicos que permitam parceria pública-privada no desenvolvimento de novas tecnologias. Embora o Brasil tenha a melhor tecnologia agrícola tropical do mundo, trata-se de um processo dinâmico: sem recursos, a tecnologia não evoluiu, e o país perde competitividade, empregos e renda.

3 - Defesa Sanitária: É fundamental reestruturar os serviços de Defesa Sanitária, com vultuosos recursos financeiros públicos e apoio privado.. Esta é uma área de grande exposição em termos competitivos. Vírus, bactérias e fungos não conhecem fronteiras interestaduais ou internacionais, de modo que a questão sanitária implica em atuação integrada e rigorosa entre os governos federais da América do Sul, entre o governo federal do Brasil e os dos Estados, e entre estes e os municípios, com a presença fundamental de órgãos de representação de produtores.

4 - Verificação, Rastreabilidade, Certificação: Não obstante o grande avanço obtido com o SISBOV, depois de 3 anos de intensa discussão entre o setor público e a cadeia produtiva da carne , e não obstante os programas do PIF e do SAPI, é cada vez maior a exigência dos consumidores dos países desenvolvidos - e que vai chegando aos demais países - de informações seguras sobre os processos, meios e insumos usados na produção de alimentos, de qualquer região.

5 - Agregação de valor: O Brasil é o maior exportador mundial de vários produtos agrícolas, mas a ênfase ainda é em matérias primas. É preciso agregar valor a elas, tendo em vista a melhoria da renda do setor e o desempenho mais equilibrado do balanço comercial, gerando empregos aqui e não no exterior. Tal desafio passa por duas questões: a verticalização da atividade (internamente) e a negociação comercial com distribuidores estrangeiros.

A primeira questão depende do crédito. A proposta é a ampliação exponencial de créditos preferenciais para a indústria de transformação, com ênfase para as cooperativas agropecuárias, mas sem distinção de taxas entre os diferentes agentes. Poderia ser a ampliação dos recursos do PRODECOOP.

6 - Desoneração Tributária: A desoneração fiscal das cadeias do agronegócio está em discussão no âmbito federal, como a incidência de PIS/Cofins sobre algumas cadeias, cuja isenção está em estudos na Receita Federal. Mas há problemas também com a legislação fiscal, principalmente no âmbito estadual.

7 - Agroenergia: No século XX, a fome sofrida pelos europeus durante a segunda guerra mundial, deu origem ao grande esquema da Segurança Alimentar.

Agora, no século XXI, avulta a questão de Segurança Energética, e a agroenergia se transforma em um novo paradigma agrícola mundial, capaz mesmo de interferir nas discussões de Doha.

É absolutamente imperioso um projeto estratégico para etanol e biodiesel, tendo em vista a abertura de mercados que assimilem os excedentes de produção, uma vez garantido o abastecimento interno, e que considere aspectos do zoneamento agrícola, do financiamento da estocagem e das relações comerciais dentro da cadeia produtiva canavieira.

8 - Crédito Rural: É preciso modernizar esta área da economia rural, tendo em vista o enorme potencial de aumento de produção agrícola no país. Alguns temas são relevantes:

8.1 Operações com recursos do crédito rural:

Autorizar os bancos privados a operar diretamente com recursos do crédito rural equalizáveis pelo Tesouro, a exemplo do que já ocorre com os bancos oficiais federais e bancos cooperativos. Dessa forma, as instituições competiriam entre si pela aplicação desses recursos nas atividades prioritárias estabelecidas pelo Governo, aumentando a oferta de crédito e reduzindo o custo dos financiamentos.

8.2 Repasse de recursos dos fundos constitucionais pelos bancos privados:

Esses fundos tiveram origem na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 159, e, a partir de sua regulamentação pela Lei nº 7.827, de 27/09/89, têm sido operados exclusivamente pelos seus respectivos bancos administradores - Banco do Nordeste (FNE), Banco da Amazônia (FNO) e Banco do Brasil (FCO).

8.3 Rever a legislação relativa ao SNCR:

O SNCR opera com base em uma legislação de 40 anos. É necessário um esforço modernizante de suas normas, de modo a torná-las compatíveis com a atual configuração do agronegócio brasileiro.

9. Equacionamento do Endividamento Rural: As sucessivas renegociações da dívida agrícola, ocorridas a partir de 1995, resultaram num saldo acumulado da ordem de R\$ 30 bilhões.

A crise da agricultura em 2005 e 2006 fez com que parte substancial das parcelas normais de custeio e de investimento, vencidas nesses anos, também fossem prorrogadas. Assim, é possível que o estoque das dívidas dos produtores rurais e suas cooperativas junto ao sistema financeiro seja equivalente ao volume de

recursos aplicados no financiamento agrícola em um ano-safra, da ordem de R\$ 51,5 bilhões em 2005/2006.

O elevado nível de endividamento dos produtores rurais compromete acentuadamente sua liquidez e capacidade de investimento, problema que exige ser equacionado como condição para a continuidade do crescimento sustentável do agronegócio. O problema alcança produtores de vários estados, porém concentra-se no Rio Grande do Sul e nos estados do Centro-Oeste.

É necessário que o equacionamento das dívidas não penalize o produtor adimplente, o que alimentaria ainda mais o sentimento de que o bom pagador acaba por ser prejudicado pela ação governamental.

10.Outros temas:

10.1: Negociação internacional: agilização da criação da carreira de adidos agrícolas.

10.2- Extensão do regime de drawback para todos os produtos agropecuários.

10.3- Eliminação da reserva do mercado no transporte de cabotagem

10.4- Eliminação do adicional de frete para a renovação da marinha mercante incidente nas importações de insumos agropecuários e na cabotagem.

10.5- Estudar formas de implantação de medidas que estimulam a transformação dos Produtores Rurais - Pessoas Físicas - em pessoas Jurídicas (Simples Agropecuário).

10.6- Agilizar as decisões da CTNBio, mudando o quorum das votações.

10.7- Eliminação de entraves burocráticos e institucionais que ainda impedem o pleno funcionamento dos títulos agrícolas existentes, como CPR e o CDA/WA, bem como a implementação de medidas que facilitem a operacionalização dos novos títulos. Tais medidas vão desde a desoneração cumulativa na incidência de tributos até alterações de normas e resoluções do BACEN, passando pela maior difusão dos títulos junto aos produtores rurais e suas associações, cooperativas e agroindústrias.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**